

DO ESTADO NOVO AO 25 DE ABRIL



INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS

COIMBRA 1995

IDENTIDADE NACIONAL E CONTEMPORANEIDADES

Não existem dias inadequados para se produzirem reflexões sobre a identidade nacional. Sobretudo hoje, quando se perfilam com sombras de perplexidade os caminhos futuros de Portugal no âmbito de uma Europa mais unida nos planos cultural, económico e político, o tema da identidade assume uma invulgar relevância. Quais são os nossos traços de diferenciação? Que suporte temos nós, enquanto colectividade com mais de 800 anos de existência independente, para nos reconhecermos como Povo coeso? Que universo de valores partilhamos? Em que consiste o modo de ser português? Os poetas, recolhidos no seu imaginário transfigurados respondem-nos com sínteses aliciantes, dificilmente refutáveis, mas desde logo redutoras pelo efeito estético dos conteúdos. Boa razão teria Fernando Pessoa quando declarou que a sua Pátria era a sua língua, a verbalização em que se aninhava o pensamento; correcto entendimento teria tido António Correia de Oliveira quando definiu Portugal como uma Cruz de Cristo na rota de caravelas, recordadas em terra por lampadários acesos pela saudade dos que ficavam; nítida percepção teria sido a de Manuel Alegre, esboçando nos seus versos a figura de uma Pátria esperançosa de resgate futuro, a imagem desse País de Abril que tão profeticamente soube cantar. E, no entanto, estas aproximações

* Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

** Alocução proferida na sessão de lançamento do vol. 14 da *Revista de História das Ideias*, que se subordinou ao título genérico *Descobrimentos, Expansão e Identidade Nacional*.

parcelares transmitem ao estudioso das coisas da História um irrefragável sentimento de verdade subjectiva, de lampejo íntimo, esfumado, como que saído da tela de um pintor impressionista. Por isso, o aprendiz de historiador deverá perguntar se os conhecimentos da sua própria disciplina científica não lhe serão capazes de proporcionar uma resposta mais objectiva e mais probatória.

Dentre os pensadores que no século XIX procuraram reconhecer Portugal como o produto de uma etnia, de uma raça distinta de todas as demais, conta-se, por exemplo, um Teófilo Braga. O fundador da nossa história literária e Presidente do governo provisório da República proclamada em 5 de Outubro de 1910 chegou ao ponto de lançar as bases de uma teoria explicativa muito *sui generis*: a teoria do mosarabismo. Os mosárabes ou moçárabes teriam sido, por via indirecta, os nossos avós. Segundo Teófilo, quando o extremo ocidental da Península Ibérica foi invadido pelos árabes, o povo anteriormente dominante, ou seja, a raça germânica, não reagiu toda do mesmo modo. As classes aristocráticas refugiaram-se nas Astúrias, preparando, a partir daí, a futura reconquista territorial; pelo contrário, as classes populares godas aceitaram de bom grado o domínio árabe e fundiram-se com os novos dominadores. Deste cruzamento teria resultado uma nova raça, a raça mosárabe ou moçárabe, que Teófilo Braga apresenta como a essência da nação portuguesa. É mais do que certo que esta concepção corresponde a uma completa fantasia. Teófilo elaborou-a para a contrapor às opiniões de Alexandre Herculano e de Oliveira Martins. É que Herculano sempre sustentou na sua *História de Portugal* a inexistência de uma etnia portuguesa peculiar. Para ele, Portugal nascera através do resultado de uma luta simplesmente política, travada entre barões de reinos e condados peninsulares desavindos. Esta opinião foi secundada, na sua parte substancial, por Oliveira Martins. Com efeito, Oliveira Martins atacou frontalmente a teoria do mosarabismo, acrescentando que a unidade política do povo português derivara mais de um estado de espírito do que de um tipo bio-psicológico particular. Portugal foi apresentado pelo autor da *Teoria do Socialismo* como uma simples "nação moral", como o produto de vontades conjugadas.

Como se verifica, alguns dos mais prestigiosos pensadores do século XIX — como o foram Teófilo, Herculano e Oliveira Martins — não conseguiram convergir nesta matéria.

Se o critério rácico nos não fornece a chave do enigma da portugalidade, será ela fornecida pelo território? A Geografia parece negar tal hipótese. Reparemos que as fronteiras portuguesas não se

encontram delimitadas, como no exemplo espanhol relativamente à França ou no exemplo italiano relativamente a nacionalidades limítrofes, por barreiras orográficas de grande envergadura. Portugal continua, prolonga em larga medida a geografia do país vizinho. Não aconteceu por mero acaso a simpática afinidade entre Portugal, nação independente, e a Galiza, região incluída na difícil unidade espanhola. É que o solo nativo de Rosalia de Castro exprime nos seus vales amenos e nas suas colinas tingidas de verde e de ouro-velho, o prolongamento de uma identificação física com o nosso Minho, que a Natureza e os homens fizeram e quiseram "pequenino e meigo".

Tentemos então ponderar as vicissitudes da nossa história política. Se pudéssemos detectar um modo de ser que nos fosse uniforme, que se nos desse como consensual quanto à natureza dos poderes públicos, quanto às grandes linhas de organização do Estado, quanto à filosofia geral da relação entre dirigentes e dirigidos, talvez aqui encontrássemos a desejada solução. Porém, bastará ponderar o percurso político da Nação portuguesa desde a implantação do nosso liberalismo até à mais recente desenvolvimento para que se possa concluir que também aqui as esperanças se esfumam sem remédio. À revolução de 24 de Agosto de 1820, portadora do espírito constitucionalista que já noutros países europeus derrotara o Antigo Regime, seguiram-se as reacções miguelistas de 1823, com o golpe da Vilafrancada, e de 1824, com a aventura da Abrilada. A partir do primeiro dos episódios referidos, a Constituição de 1822 entrou em eclipse. Após o falecimento de D. João VI, o problema sucessório dividiu a sociedade portuguesa entre os adeptos da corrente ultrarealista, representada por D. Miguel, e os partidários do liberalismo, que se reuniram em torno da Carta Constitucional de 1826, outorgada por D. Pedro. A tomada do Poder por D. Miguel, como Rei Absoluto e como primeiro defensor das estruturas do Antigo Regime, abriu o caminho para o longo e doloroso confronto das lutas civis, só resolvidas em 1834, com a definitiva vitória do liberalismo cartista. Como se verifica, a família portuguesa não foi capaz de realizar o consenso político impeditivo da guerra das facções. E se até 1834 a cena política foi ocupada pelo espectáculo das lutas entre miguelistas e liberais, depois dessa data a dissensão iria opor neo-vintistas a cartistas. É este o significado da irrupção de convulsões periódicas, tais como a revolução de Setembro de 1836, o movimento da Maria da Fonte de 1846 e a guerra da Patuleia do ano seguinte. Portugal procurou, durante cerca de trinta anos, um modelo político-institucional que pudesse ser aceite sem grandes objecções de

fundo pela generalidade dos cidadãos. Ele pareceu chegar em 1851, com a revolução da Regeneração. No entanto, a estabilidade regeneradora significou apenas a vitória do conservadorismo cartista. Com os melhoramentos materiais e a realização das grandes obras de fomento viário, da responsabilidade de Fontes Pereira de Melo, Portugal quebrou o seu atávico isolamento relativamente à Europa mais culta. Chegaram então até nós novos saberes, novas filosofias, novas interpretações sobre o Homem, sobre o Mundo, sobre o fundamento da Vida, sobre a organização da sociedade, sobre a racionalidade do Estado, sobre a natureza da Ética e da Religião. Foi, para utilizarmos a feliz expressão de Basílio Teles, um banho de Ciência moderna que subitamente desabou sobre Portugal. Foram estes os conteúdos mentais que forneceram à Geração de 70 as directrizes fundamentais de pensamento com que foi renovada a tradição. Antero de Quental descobriu Proudhon e o socialismo; Eça de Queirós plasmou na arte literária a atitude realista que haveria de subalternizar a anterior dominância do Romantismo; Teófilo Braga e Júlio de Matos introduziram o Positivismo na reflexão filosófica nacional; Ramalho Ortigão, inicialmente ajudado por Eça, elevou a colectânea *d As Farpas* à altura de um monumento verdadeiramente reformulador da opinião pública. O fontismo ver-se-á politicamente questionado, com a fundação do Partido Socialista, em 1875, e com os trabalhos de organização do Partido Republicano, entre 1876 e 1883. Após o Ultimato Inglês de 1890, o poder monárquico viu-se forçado a abdicar do seu timbre de tolerância e a reprimir severamente as manifestações de protesto, encabeçadas pelos homens afectos ao republicanismo. Assim, mais uma vez, as hipóteses de um pacífico acordo sobre o teor das instituições políticas se revelaram goradas. Aliás, esta dissidência de base irá aparecer-nos como uma constante ao longo de todo o nosso ciclo histórico. Dir-se-á que os modelos alternativos de organização social são não apenas indispensáveis à saudável vivência do colectivo como também realidade comezinha de todas as formações sociais. É verdade que sim. O que, porém, escapa a este padrão de normalidade é o teor de intolerância fratricida, mesmo dramática, com que tais modelos foram defendidos entre nós. No decurso da nossa Primeira República, os antigos defensores da legalidade monárquica eram apodados de "talassas" e "adesivos"; os sidonistas perseguiram implacavelmente os "democráticos" do Partido chefiado por Afonso Costa e sofreram depois um idêntico tratamento, quando o Deembrismo soçobrou, logo depois do assassinato de Sidónio Pais. O Estado Novo irá dar mostras

do mesmo espírito maniqueu, dividindo a sociedade civil entre "situacionistas" e "reviralhistas", os primeiros encarados como representantes das forças luminosas do Bem Público e os segundos apresentados como agentes de Evangelhos perversos e satânicos. Tudo isto nos permite pôr em dúvida a existência de uma eventual matriz comum, de índole política, em que repousasse o princípio de uma identidade nacional.

Mas se este princípio não parece resultar da raça, nem tão pouco do território, nem ainda dos traços específicos da evolução política, poderá ele derivar-se da nossa vocação colonizadora e ultramarina? Durante décadas, o ideário do Estado Novo tendeu a apresentar o País como a Pátria de eleição de navegadores intrépidos, apostados na dilatação da Fé e do Império, solidarizados no projecto comum de "dar novos Mundos ao Mundo" e de lançar os alicerces de uma Pátria pluricontinental e multirracial. É inegável que a epopeia dos Descobrimentos, com as suas grandezas e misérias, constitui o emblema do arrojo de um Povo e o legítimo motivo de orgulho de todos nós. Sobre este ponto, desejaria que não se produzissem quaisquer dúvidas acerca da nossa posição. Não se trata aqui de minimizar essa gigantesca saga levada a efeito por mareantes e exploradores de Continentes praticamente virgens e ignorados. Trata-se, isso sim, de saber se Portugal retirou do espírito das descobertas a sua razão de ser, o que nos poderia suscitar a conclusão de que, desfeito o Império, se encontra encerrado o destino da Nação. Ora, a objectividade histórica reveia-nos que Portugal tinha já cerca de três séculos de efectiva independência quando se fez ao mar. Além disto, os melhores especialistas sobre a matéria vertente dizem-nos que, excluído o caso do Brasil, o nosso objectivo teria sido mais ditado por objectivos mercantis do que por preocupações oriundas de um desejo de colonização sistemática. Os excedentes demográficos que constituem sempre os motores da emigração não se derramaram sobre as colónias africanas. Preferiram atravessar o mar, em demanda das terras de Vera Cruz. Foi por isso que o tipo literário do brasileiro de torna-viagem, enriquecido pelo feliz abanão dado à árvore das patacas, invadiu com naturalidade os textos de ficção dos nossos escritores, para acabar por ser superiormente satirizado por um Camilo Castelo Branco e por um Eça de Queirós. O tipo literário do africanista rico é muito mais raro e muito mais tardio. De resto, a África só passou a gozar de uma imagem favorável, em Portugal e no resto da Europa, a partir da década de 70. Anteriormente, o continente negro era visto como um território perigoso, doentio,

próprio para receber criminosos ou condenados políticos, mas impróprio para a fixação da população das metrópoles. A fraca ocupação da Guiné, de Angola e de Moçambique privilegiou a zona estreita dos litorais acessíveis e só muito posteriormente se abalançou às zonas de interioridade. Quando a Europa tomou conhecimento, através dos relatórios de Hermenegildo Capelo, de Roberto Ivens, de Livingstone, de Savorgnan de Brazza, de Cecil Rhodes e de tantos outros desbravadores, da riqueza imensa que a África guardava no seu seio, soltaram-se todas as cobiças e levantaram-se todas as dificuldades à ampliação da nossa soberania. A Conferência Colonial de Berlim, em 1884-85, estabeleceu um novo princípio de Direito Internacional que veio a revelar-se desastroso para os interesses de Portugal em África. De acordo com essa regulamentação, o título legítimo de apropriação colonial deixou de ser a prioridade de descoberta e passou a ser a ocupação efectiva. A verdade é que a presença efectiva de Portugal nas plagas africanas era, nessa altura, extremamente débil. Por isso, Oliveira Martins recomendava que se transferisse a exploração colonial para companhias majestáticas internacionais, sob a forma de arrendamento ou até de alienação, guardando a metrópole apenas para si a colónia de Angola e desenvolvendo em relação a esta uma política sistemática de povoamento e de empenhada colonização. A correlação que o Estado Novo estabeleceu entre a presença colonial e a grandeza da Nação está muito longe de recolher a concordância de gente grada da nossa cultura. Pois não é verdade que um Sá de Miranda, em pleno século XVI, lastimava com amargura que o cheiro da canela da Índia contribuísse tão desastrosamente para o despovoamento do Reino? Pois não é certo que um Antero de Quental interpretou o esforço colonial como um factor de descompensação íntima? Recuando muito mais, encontramos uma posição igualmente crítica nos autos de Gil Vicente, que traçou toda uma galeria de tipos moralmente duvidosos em função do abandono a que as famílias ficavam condenadas. Quem não se lembra desse estupendo *Auto da Índia*, com a figura da Ama que comete deliberado adultério na ausência do marido embarcado e que denuncia o seu materialismo radical, inquirindo-o, no regresso, sobre se está ou não rico? Numa palavra, Portugal preservou a sua identidade apesar das vicissitudes da sua história colonial. Recordemos ainda que o Brasil, a verdadeira joia da Coroa imperial, alcançou o seu estatuto de independência em 1822, e nem por isso se perdeu, a partir daí, o sentido e vigor da portugalidade.

Uma identidade, individual ou colectiva, não é um dado que se alcance de uma vez por todas. É, pelo contrário, o produto de uma laboriosa e tantas vezes contraditória construção. Neste ponto, parece-nos que não subsistem diferenças notórias entre a génese e o desenvolvimento das personalidades individuais e a afirmação das identidades colectivas. Se, ao nível do individual, não poderemos fazer tábua-rasa das diferentes fases do nosso processo de identificação, também ao nível do colectivo não poderemos minimizar ou omitir os diversos momentos da nossa historicidade. É isto que nos permite considerar artificial toda e qualquer metodologia que isole ou hipervalorize certas variáveis em prejuízo de outra ou outras que nos sejam menos simpáticas. A história pessoal de cada um de nós moldou-nos num dado sentido, dando-nos forma própria, psicologia diferenciada, modo de ser inconfundível, modo de estar irreduzível. A história nos fez únicos. Assim, torna-se perfeitamente ociosa e inútil a tentativa de fundar a identidade nacional apenas na raça, ou apenas no território, ou apenas num segmento do processo político, ou apenas na aventura colonial. Somos um Povo muito antigo. A trajectória que fomos capazes de percorrer desde o século XII até aos nossos dias fez de nós o que hoje somos. Se a personalidade individual não é mais do que a síntese activa que a totalidade das notas caracterizadoras do sujeito equaciona no tempo, a identidade colectiva não é mais do que a síntese activa das notas caracterizadoras que a Nação formulou e vai formulando ao longo do seu processo de historicidade.

Queria terminar esta minha intervenção abordando uma questão decisiva e intimamente ligada ao problema que temos vindo a tratar. É absolutamente legítimo que cada um de nós, enquanto pessoa, enquanto ser único, distinto de todos os demais, se pergunte sobre o sentido da sua vida. Afinal, justificar a personalidade não é mais do que justificar a vida. A sabedoria popular declara-nos que cada homem, antes de se extinguir fisicamente, deverá fazer um filho, redigir um livro e plantar uma árvore. Com isto, a sabedoria popular pretende dizer-nos que cada existência individual tem o estrito dever de contribuir para a melhoria das condições de vida dos que nos sucederão. Já verificámos que a identidade de Portugal se confunde com a História de todos os portugueses. A questão seguinte consiste em saber se a História de Portugal nos revela uma evolução positiva, conducente à melhoria de vida das sucessivas gerações de portugueses. Sei bem que o problema levantado é ingrato, espinhoso e difícil. Os homens só

podem ser livres na medida em que lhes é permitido sustentar opiniões diferentes. Desta maneira, irei servir-me da minha fatia de liberdade para vos transmitir a minha particular opinião. Considerando apenas a evolução económica, política, social e cultural dos últimos 170 anos, ou seja, reportando-me apenas à Época Contemporânea, não poderei deixar de fazer um balanço sobremaneira encorajador. Desde 1820 até aos nossos dias, o País tem sido confrontado com o dilema de duas versões governativas, uma assente em métodos autoritários e em drásticas limitações das liberdades civis, a outra baseada em critérios de representatividade e na salvaguarda dos direitos pessoais. A verdade é que, felizmente para nós, no que respeita à nossa contemporaneidade, a vigência da tolerância tem sido bem mais ampla do que a duração do autoritarismo. Os vintistas, representados pelas respeitáveis figuras de Manuel Fernandes Tomás, Ferreira Borges, Silva Carvalho e tantos mais, inauguraram em Portugal o culto do constitucionalismo e lançaram as sementes da nossa árvore da Liberdade. Os cartistas, ainda que defensores de um liberalismo mais conservador e mitigado, souberam reprimir a vocação liberticida do miguelismo e implantaram em Portugal uma monarquia constitucional que vigorou ininterruptamente entre 1834 e 1910. E sabido que nem sempre foi possível salvaguardar o equilíbrio das instituições representativas e que o País conheceu também, nesse lapso de tempo, interregnos centralizadores e desvirtuações de princípios constitucionais. São prova disto os consulados de Costa Cabral e de João Franco. Apesar de tudo, o constitucionalismo monárquico pode reivindicar para si um papel relevante na pedagogia política dos cidadãos de Oitocentos. Só o enviesamento sectário de certa historiografia mecanicista, hoje em completo estado de descrédito, poderá negar a afeição aos direitos do homem de protagonistas políticos como os irmãos Passos, José Estêvão, Alves Martins, Anselmo Braamcamp, Joaquim António de Aguiar e até Fontes Pereira de Melo, este último saudado pelos próprios adversários republicanos como tolerante homem público e político hábil. O republicanismo veio alargar consideravelmente o quadro das reclamações da cidadania. É que o liberalismo monárquico, ainda muito aferrado a leituras ortodoxas, restringia o direito de voto a categorias de cidadãos pagadores de impostos. Ora como a incidência do imposto visava fundamentalmente a propriedade fundiária, daqui resultava que quase só os terratenentes eram considerados cidadãos activos. O liberalismo monárquico identificava-se, deste modo, com um liberalismo censitário, defensor de um sufrágio restrito. A propaganda

republicana centrou-se justamente na crítica desta limitação, opondo-lhe a defesa do sufrágio universal. Dai que nos seja possível afirmar que a proclamação da República, em 5 de Outubro de 1910, significou a transição de um sistema político de liberalismo clássico para um sistema político demo-liberal. O período que se escoou entre 1910 e 1926 também não se isentou de pontuais vertigens autoritárias. As ditaduras do General Pimenta de Castro, em 1915, e de Sidónio Pais, em 1917, representaram ataques objectivos à filosofia política subjacente à nossa Primeira República e prefigurações da ditadura militar de 1926, a partir da qual se gerou o cinzento e cabisbaixo interregno do Estado Novo. Com este, e com a investidura de António de Oliveira Salazar na pasta das Finanças, primeiro, e na chefia de sucessivos ministérios monocores, depois, o País viu-se forçado a abandonar a senda do aprofundamento das liberdades públicas que vinha praticando desde essa remota mas inspiradora revolução de 24 de Agosto de 1820. O movimento dos Capitães de 25 de Abril de 1974 representa, na nossa modesta opinião, o reatar do fio da dignidade cívica e da hombridade política. Os homens do Estado Novo tudo fizeram para que os portugueses esquecessem o veio fecundo do seu passado liberal e democrático; tudo tentaram para que as experiências históricas do nosso passado recente fossem apresentadas como o domínio da discórdia fratricida, da anarquia sem freio, da ambição sem regra e da baixaza sem remissão. Sou do tempo em que os manuais do ensino primário inculcavam a mitologia do Chefe político salvador e Pai da Pátria. Estudei numa Universidade que omitia dos programas leccionados temas tão candentes, tão extremamente importantes para a formação e informação do homem culto e do cidadão responsável como a Revolução Francesa de 1789, o socialismo romântico e o comunismo marxista, o catolicismo liberal, a filosofia positivista, a história do trabalho, do sindicalismo e do movimento operário. Sou do tempo em que a Flistória de Portugal acabava, nos bancos escolares, em pleno século XVII. Numa palavra, sou do tempo da perversão mental e do cinismo intelectual. Permitam-me, pois, que retome o tema que me permiti introduzir em último lugar. Portugal possui uma tradição de liberalidade e de Democracia que integra a sua identidade característica. A genealogia da ideia democrática em Portugal arranca as suas raízes da missão dos patriotas do Sinédrio portuense; prolonga-se depois nas lutas dos irmãos Passos, no movimento popular da Maria da Fonte e na guerra anti-cabralista da Patuleia; repercute-se no levantado ideal de civismo de republicanos doutrinários como Alves da Veiga,

Rodrigues de Freitas, Oliveira Marreca, Sebastião de Magalhães Lima e José Falcão; estende-se à geração dos republicanos activistas, como o foram João Chagas, António José de Almeida, Afonso Costa e Brito Camacho; continua-se no testemunho dos revolucionários de Abril de 1974 e no trabalho esforçado dos que acreditam que a Liberdade é sempre mais fecunda do que o constrangimento da Autoridade, ou seja, dos que defendem que o exercício da Autoridade recebe da Liberdade a definição dos seus limites inultrapassáveis. Durante anos ouvimos dizer que a postura correcta do trabalhador intelectual e do universitário era a de se ater a um domínio de completa impassibilidade e de suposta imparcialidade, sem compromettimentos, sem acometimentos de paixão, sem testemunhos de escolha mental ou cívica. Julgou-se que o professor perfeito e exemplar poderia ser aquele que soubesse manter a frieza das verificações positivas, movendo as peças do seu xadrez mental enquanto o mundo exterior à campánula do Saber se revolvía em espasmos de dor, em febres de cólera ou em apoteoses de alegria. A verdade é que as definições individuais e colectivas da identidade percorrem irremediavelmente, irredutivelmente, a senda das alternativas opcionais. E esta escolha vital impõe-se a todos e a cada um de nós. A Autoridade e a Liberdade contêm em si, aprioristicamente, o mesmo potencial de definição identificativa. A questão toda está em saber qual destas heranças se nos antolha mais desejável à dulcificação dos costumes, à bonomia das formas de convivência, à contenção dos excessos sociais, ao desenvolvimento da Cultura e à dignificação dos cidadãos. Não se contesta que a História Contemporânea de Portugal também nos apresente uma tradição de Autoridade. O que se diz é que ela representa, em nossa opinião, aquela faceta mais sombria e menos racional, mais excessiva e menos equânime que, inapelavelmente, se revela igualmente nas personalidades individuais. O homem oscila entre o Anjo e a Besta — Pascal o disse. A cada um de nós incumbe o trabalho de vigilância e de auto-reflexão que nos faça inclinar mais para a racionalidade resgatadora do que para as forças desagregadoras da bestialidade. A identidade nacional repousa, pois, na história. Mas a história da Nação, nós a fazemos todos os dias — porque todos os dias sobre nós impende essa radical responsabilidade de escolher uma memória que possamos continuar e à qual queiramos permanecer fiéis.